



# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

EXMO. SR. PRESIDENTE

PL 791/2025

A autoria do presente Projeto de Lei é do Vereador  
Ítalo Gabriel Moreira.

Trata-se de PL que dispõe sobre consolidação da  
Política Municipal de Dados Abertos e Transparência Ativa no âmbito do Município de  
Sorocaba, e dispõe sobre a utilização da tecnologia blockchain na Administração Pública  
Municipal.

**Este Projeto de Lei encontra respaldo em nosso  
Direito Positivo**, neste diapasão passa-se a expor:

O PL em exame visa implementar o direito a  
informação, sendo tal direito considerado na Constituição da República Federativa do Brasil,  
como direito fundamental, *in verbis*:

## *TÍTULO II*

### *Dos Direitos e Garantias Fundamentais*

#### *CAPÍTULO I*

##### *Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos*

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer  
natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no  
País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à  
segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

*XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardando o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.*

Nas palavras do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Brito: “No Brasil, o direito à informação tem o mais sólido lastro constitucional. Se traduz no direito de informar, se informar e ser informado.”

Ressalta-se, ainda, as disposições deste PL estão amparadas no princípio constitucional da publicidade dos atos estatais, previsto no Art. 111, Caput, da CE/89, reprodução do Art. 37, caput, da CF/88. A indisponibilidade do interesse público obriga a transparência na atividade administrativa, já que interessa a toda à coletividade informações sobre as atividades administrativas. É modo de concretizar o princípio da transparência administrativa revelar em canal oficial dados de interesse geral, sendo que:

Nesse sentido, está consolidado o entendimento do Supremo Tribunal Federal, em Acórdão abaixo transcrito, **onde o Guardião da Constituição estabeleceu o entendimento pela constitucionalidade de Lei Municipal a qual dispõe sobre Transparência Pública, sendo que a Lei impugnada disciplina a publicidade no âmbito municipal tratando da divulgação de informações públicas no formato de dados abertos, incluindo a previsão de uma Política Municipal de Dados Abertos, concluiu o STF que As medidas de transparência e publicidade promovidas pela lei, em seus dispositivos constitucionais, refletem e promovem os princípios constitucionais da Administração Pública (publicidade, legalidade e moralidade – art. 37 da Constituição Federal) e o direito de acesso à informação (art. 5º, XIV, da Constituição Federal), contribuindo para a legitimidade das ações governamentais e a fiscalização pública :**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

**RE 1508920 / SP - SÃO PAULO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

**RELATOR(A): MIN. GILMAR MENDES**

**JULGAMENTO: 25/08/2025**

**PUBLICAÇÃO: 16/10/2025**

**ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO**

## **EMENTA**

*Ementa: Direito administrativo e outras matérias de direito público. Recurso extraordinário. Lei municipal. Transparência pública. Dados abertos. Vício de iniciativa. Criação de órgão. Separação de poderes. Recurso parcialmente provido.*

### *I. Caso em exame*

*1. Recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal 8.677/2021 de Marília/SP por vício de iniciativa, ao argumento de violação ao princípio da separação de poderes e da reserva da administração. A lei impugnada disciplina a publicidade no âmbito municipal, tratando da divulgação de informações públicas no formato de dados abertos, incluindo a previsão de uma Política Municipal de Dados Abertos. (g. n.)*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

*2. O Tribunal de Justiça julgou procedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, declarando a Lei 8.677/2021 inconstitucional ao fundamento de que a norma invadiu a competência exclusiva do Poder Executivo, notadamente por tratar da forma e do conteúdo da divulgação de informações e impor obrigações a servidores e a órgãos da Administração local.*

## *II. Questão em discussão*

*3. Há uma questão em discussão: saber se lei, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a criação de órgão público, bem como estabelece obrigações para regulamentar a publicidade e a transparência na administração municipal padece de vício de inconstitucionalidade formal. III. Razões de decidir*

*4. Os artigos 6º a 7º, § 2º, da Lei Municipal 8.677/2021, ao disporem sobre a criação de um órgão central para gerir a Política Municipal de Dados Abertos e definir suas atribuições, padecem de vício de iniciativa, em violação ao art. 61 da Constituição Federal, haja vista que a matéria é afeta à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que é inconstitucional, por vício formal, a lei resultante de iniciativa parlamentar que trate de atribuições de órgãos públicos.*

*5. Com relação aos demais dispositivos da Lei Municipal 8.677/2021, não há qualquer disposição que altere a estrutura ou a organização de órgãos da Administração municipal. De acordo com o tema 917 da repercussão geral, não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

6. As medidas de transparência e publicidade promovidas pela lei, em seus dispositivos constitucionais, refletem e promovem os princípios constitucionais da Administração Pública (publicidade, legalidade e moralidade – art. 37 da Constituição Federal) e o direito de acesso à informação (art. 5º, XIV, da Constituição Federal), contribuindo para a legitimidade das ações governamentais e a fiscalização pública. IV. Dispositivo e tese.

7. Recurso extraordinário parcialmente provido. Reconhecimento da inconstitucionalidade dos artigos 6º e 7º, § 2º, da Lei 8.677/2021, do Município de Marília/SP, e manutenção da constitucionalidade dos demais dispositivos da referida norma. (g. n.)

Diante do exposto, verifica-se que este Projeto de Lei encontra amparo na Constituição da República Federativa do Brasil, pois, visa implementar o direito fundamental da informação e promove o princípio constitucional da publicidade, bem como, constata-se que os termos desta Proposição estão em consonância com entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme se constata no Acórdão, RE 1508920/SP, sendo que, sob o aspecto jurídico, nada a opor, restando, porém:

Corrigir o desdobramento dos Artigo 3º e 7º, pois, conforme a Lei de Regência os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos, *in verbis*:

## LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

*Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

## *Seção II*

### *Da Articulação e da Redação das Leis*

*Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:*

*I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;*

*II - **os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos;** os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens; (g. n.)*

É o parecer.

Sorocaba, 25 de novembro de 2.025.

MARCOS MACIEL PEREIRA

Procurador Legislativo



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100300035003000340034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **MARCOS MACIEL PEREIRA** em 25/11/2025 13:29

Checksum: **37A82AC1B00D2B0A114D96053F3EEE9251DFB03226300650621C84C3A985FF05**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3100300035003000340034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.